



RESOLUÇÃO Nº 010/2021 – CONSUNI

Aprova o relatório da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 160/2021.

O Presidente do Conselho Universitário – CONSUNI, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando Processo nº 110939/2021, Ofício nº 054/2021-PRAE/ATA e a decisão do Conselho tomada na 1ª Sessão Ordinária realizada nos dias 13 e 14 de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o relatório da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 160/2021, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala Virtual das Sessões do Conselho Universitário, em Cáceres-MT, 13 e 14 de abril de 2021.



Prof. Dr. Rodrigo Bruno Zanin
Presidente do CONSUNI



ANEXO I
RESOLUÇÃO Nº 010/2021-CONSUNI

RELATÓRIO DA COMISSÃO DO CONGRESSO		
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO		PORTARIA: 160/2021
Antonia Alves Pereira	Docente	Presidente
Anderson Marques do Amaral	Docente	Membro
José Roberto Rambo	Docente	Membro
Darlan Guimarães Ribeiro	PTES	Membro
Renan Trindade Pacheco da Silva	Discente	Membro
Márcia Cruz Souza Rocha	Discente	Membro
PROPOSIÇÃO 07 (Resolução 021/2018 CONSUNI): Criar e implantar Política de Restaurante Universitário (RU)		
OBJETIVOS:		
<ol style="list-style-type: none">1. Proporcionar melhor qualidade de vida aos acadêmicos, diminuindo a evasão.2. Possibilitar o acesso aos serviços de restaurante universitário à comunidade acadêmica.3. Auxiliar na permanência de acadêmicos.4. Implantar política de avaliação alternativa para o fornecimento de alimentação para a comunidade acadêmica.		
ESTRATÉGIAS:		
<ol style="list-style-type: none">1. Realizar estudos de demanda e viabilidade nas unidades para criação do restaurante universitário.2. Pesquisar experiências já consolidadas em outras IES.3. Buscar financiamento externo e parcerias.4. Construir um modelo de restaurante universitário viável à instituição.5. Realizar licitação para o refeitório.6. Levantar recursos via instituições públicas e/ou privadas.		
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO		
<p>Antes de entrar na discussão propriamente dita das estratégias da Comissão, buscamos compreender a trajetória histórica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) em suas políticas estudantis para a permanência dos acadêmicos nos cursos superior. Foi institucionalizada pela Resolução nº 002/2012-CONSUNI, e publicada em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em 05/06/2012, com o objetivo de efetivar a política de assistência estudantil e comunitária da UNEMAT. Prova disso é o Programa de Assistência Estudantil (Resolução nº 019/2013) que baliza os auxílios Alimentação (Resolução nº 020/2013) e Moradia (Resolução nº 021/2013) e apresentação de trabalho em eventos técnico-científicos e apoio a representação estudantil (Resolução nº 004/2012).</p> <p>Nesse processo, a Unemat, assim como outras instituições de ensino superior (IES) estaduais acompanham as políticas públicas federais. Desde a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da adesão das universidades estaduais ao Sistema Unificado de Seleção (SISU) por meio da utilização das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as políticas estudantis vêm sendo priorizadas no âmbito das instituições de ensino superior em todo o país, como demonstram a legislação vigente sobre a assistência estudantil, a saber: Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 – Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES; e Portaria Normativa MEC nº. 25 de 28 de dezembro de 2010 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais – PNAEST.</p> <p>Não apenas o acesso, mas a permanência e a conclusão do curso superior são prioridades para garantir que os discentes oriundos de escolas públicas com vulnerabilidade socioeconômica tenham sucesso na vida acadêmica. A Unemat foi beneficiada por aportes financeiros do Pnaest com recursos em torno de cinco milhões de reais vindos em 2014 e 2015, aplicados em bens</p>		



permanentes que beneficiaram os discentes nos *campi* universitários.

Ao considerar as quatro estratégias da Proposição 7 e observar o plano de gestão da atual gestão levado a cabo pela PRAE, percebe-se que há sintonia, pois no momento, a Pró-reitoria se organiza em duas grandes programas: 1) **Políticas de Assistência Estudantil - PAE**: busca oferecer as condições básicas de manutenção do discente, em condição de vulnerabilidade socioeconômica, na Instituição, aprimorando o Programa de Assistência Estudantil para regular as políticas de auxílio alimentação, de moradia, emergencial, à pessoa com deficiência (PCD) e transporte; 2) **Política de Integração Estudantil - PIE**: pretende inserir os discentes no cotidiano da Universidade. Para implementação destas “Políticas de Integração” será elaborado o Programa de Integração Estudantil, que regulamentará as ações de auxílio participação em eventos, seguro acadêmico, recepção acadêmica e, outras ações que promoverão o fortalecimento do movimento estudantil na Unemat e o pertencimento acadêmico.

Metodologia de trabalho

Os trabalhos se iniciaram com a composição da comissão e designação de membros, por ato institucional, através da Portaria nº 925/2019, de 23/03/2019, revogada pela Portaria nº 1538/2019, de 21/05/2019, sendo reconstituída pela Portaria nº 1538/2019, de mesma data. Nova alteração ocorreu com a Portaria nº 770/2020, de 28/05/2020 para atender aos prazos estabelecidos; e outra de 01/02/2021, Portaria nº 160/2021, reconstituindo nova presidência.

Em relação às reuniões, houve uma reunião presencial unificada, em Cáceres, no dia 2 de maio de 2019, para exposição da metodologia de trabalho a ser adotada pelas comissões, assim como, cronograma de atividades. Seguiu-se a essa reunião, um vídeo explicativo, disponibilizado em 04 de maio por *Whatsapp* e página da PRAE, com a mesma pauta, instruindo os demais membros das Comissões não residentes em Cáceres. Uma segunda reunião para alguns integrantes das comissões, realizou-se em 09 de maio do mesmo ano para deliberações. Como a agenda dos membros desta comissão ficou sobrecarregada foi muito difícil a realização de outras reuniões, mesmo virtuais. Situação que foi agravada com a pandemia de Covid-19 e suspensão do calendário acadêmico, em 16 de março de 2020, o que dificultou o estudo pela comissão. Entretanto, com o incentivo para finalização dos trabalhos, a PRAE colocou uma equipe para atuar junto à Comissão na elaboração do Relatório Final.

No dia 28 de agosto de 2020 houve a primeira reunião com essa nova proposição, em que foram definidas estratégias para a finalização dos estudos, quais sejam: estudo sobre propostas de restaurantes em outras instituições de ensino superior e levantamento das experiências bem-sucedidas na Unemat. A partir de então, os membros da Comissão assumiram tarefas que foram apresentadas no dia 15 de janeiro de 2021, através de reunião on-line. Finalmente, no dia 27 de janeiro de 2021 realizou-se nova reunião para fechamento dos dados coletados nos formulários disponibilizados aos diretores de unidades regionalizadas, comissão de assuntos estudantis e representações estudantis.

As estratégias metodológicas utilizadas pela Comissão foram: 1) Análise da experiência com alimentação no âmbito das instituições de ensino superior no país, dando prioridade para as públicas estaduais e municipais; 2) Identificação das experiências no âmbito da Unemat por meio de coleta de dados via formulários; 3) Apresentação de possibilidades para cantinas e/ou restaurantes na Unemat.

Experiências em outras IES

Para exemplificar, apresentamos a experiência de restaurantes universitários em cinco estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e Bahia. As universidades estaduais baianas e cearenses contam com subsídios do governo via programas institucionalizados.

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – concede auxílios a estudantes com



vulnerabilidade socioeconômica por edital para um período de 12 meses em duas etapas: critério socioeconômico (alimentação, creche, moradia e permanência) e critério universal (RU, acolhimento acadêmico, participação em eventos e serviço social e médico). Alguns *campi* contam com atendimento médico e psicológico e assessoria jurídica aos centros acadêmicos. Criado pela [Resolução nº 264/2018-CAD/UEMA](#), o Restaurante Universitário (RU) oferece 2.300 refeições diariamente a comunidade universitária, porém é consumida por 82% dos estudantes a custo zero.

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Regional do Cariri (URCA) – fizeram proposição coletiva em 2007 para um Programa de Assistência Estudantil no Estado, sem encaminhamentos finais. Como em 2014 ainda havia ausência de política de assistência estudantil no Estado, como resultado de greve de estudantes houve negociações que previu a alocação de R\$ 10 milhões. Parte desse recurso foi destinado a bolsas (de 815 na [UECE](#) para 1800; das quais 900 foram destinadas à Bolsa de Assistência Estudantil, só para exemplificar). **No caso do RU** – funciona por meio de uma gestão compartilhada entre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e Pró-Reitoria de Administração (PROAD), como detalha o [Regimento do Restaurante Universitário da UVA](#) que informa no art. 25 como se dá a contrapartida do Governo do Estado: os alunos pagam 31% do valor da alimentação licitada e o Governo do Estado aporta com o subsídio de 69%; os servidores técnico administrativos e funcionários terceirizados pagam 74% do valor a alimentação licitada e o Governo, entra com 26%, igual valor é pago pelo visitante.

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro RJ (UENF) – o [RU da UENF](#) iniciou sua construção em 2008 e foi inaugurado em 2014, conquista da comunidade universitária. É administrado pela empresa [MMW Alimentação](#) e serve duas refeições (almoço e jantar) com preços diferenciados para cada segmento da comunidade (alunos de graduação, R\$ 3,00, pós-graduação a R\$ 4,00; servidores/outros a 6,47), sendo que os alunos da graduação que entraram por meio de cotas, recebem uma refeição gratuita por dia. De acordo com [informações](#) da licitação realizada em 2014, parte do subsídio aos estudantes viria do PNAEST e outra, do orçamento da UENF, conforme negociações acertadas com o governo do estado.

Universidades Estaduais da Bahia (UEBA): Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Feira de Santa (UEFS) – essas universidades contam com o Programa Mais Futuro, um programa de assistência estudantil criado pelo Governo do Estado para garantir a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas estaduais pelo oferecimento de auxílios financeiros. Além disso, as UEBA também recorrem à assistência com recursos de seu próprio orçamento. A título de exemplificação, apresentamos informações sobre restaurante universitário de duas dessas IES. O [RU da UEFS](#) é uma prestação de serviços alimentares que integra o programa de Assistência Estudantil através de dois tipos de subsídios: integral (valor integral é pago pela UEFS à empresa contratada para subsidiar estudantes residentes) para estudantes de graduação; e parcial (o estudante paga R\$ 1,00 pelo café da manhã, R\$ 2,00 pelo almoço e R\$ 1,00 pelo jantar; e a UEFS paga pela diferença do valor total da refeição à empresa), para estudantes de graduação e pós-graduação. Atualmente, são disponibilizadas 3.400 cotas, sendo 1.140 cotas integrais e 2.260 cotas parciais (320 cafés da manhã; 1.450 no almoço; 490 no jantar). O [RU da UESB](#) é uma prestação de serviços alimentares para alunos da graduação e pós-graduação, mas aberto à comunidade universitária (técnicos, docentes) e visitantes. Para a comunidade acadêmica, há desconto de 10% no valor integral da refeição.

Universidade de São Paulo (USP) - os populares [bandejeões](#) da USP oferecem refeição de segunda a sábado a preços acessíveis com os seguintes preços: café da manhã (0,50), refeição



para aluno (2,00), para aluno especial (10) e visitante autorizado (15). De acordo com matéria da [Veja](#) (2020), o subsídio à alimentação consome R\$ 10 milhões por ano, pois o custo do bandejões de R\$ 9,50, R\$ 8,00 é pago pela instituição e 1,50 pelo aluno.

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - A [“Proposta de Política para os restaurantes universitários na Unesp”](#), em 2016, apontou que o RU de Bauru (o mais novo) recebeu R\$ 380 mil reais da reitoria para subsidiar as refeições e os cursos com a empresa terceirizada. Por ser insuficiente, necessitando de complemento na ordem de R\$ 12.540,00 mensais. São oferecidas 300 refeições com os seguintes custos: graduação (R\$ 3,00), pós-graduação e técnico administrativo (R\$ 5,00), docentes (R\$ 7,50) e visitantes (R\$ 9,40).

Experiências na Unemat

Para identificar as experiências na Unemat foram disponibilizados três formulários on-line para a comunidade acadêmica se manifestar acerca de restaurante e cantinas no espaço dos *campus* universitários em três grupos distintos: aos Diretores Pedagógico-Político e Financeiro (DPPF) e Diretores de Unidade Regionalizada Administrativa (Dura) - apêndice 1; aos membros das Comissões de Assuntos Estudantis (CAE) e de Auxílios Alimentação e Moradia - apêndice 2; e aos representantes estudantis - apêndice 3. É importante mencionar que houve intersecção entre os respondentes, já que há Diretores e estudantes que integram as comissões e acabaram respondendo o formulário específico, inclusive houve resposta de representante de núcleo pedagógico.

Houve resposta de todos os *campus*, exceto do *Campus* do Médio Araguaia. Foram 13 respondentes do segmento DPPF/Dura; 39 responderam ao segundo formulário (CAE e Comissão de Auxílios); e 13 representantes estudantis - acadêmico, Atlético, CA, DCE, Empresa Júnior e Liga Acadêmica. Em conversa com o proprietário da cantina, informaram que ele está contente com o serviço prestado, mas não consegue oferecer preços mais atrativos porque o *campus* não comporta o serviço (não têm demanda) ou pelo alto custo dos produtos da cesta básica para a formação de um prato mínimo com as condições nutritivas. Segundo eles, o período letivo impacta diretamente na renda do estabelecimento por causa das férias em que não há funcionamento do espaço. Os *campus* recebem demanda dos estudantes acerca dos locais que oferecem refeição a um preço mais acessível.

Outras respostas apontaram que o espaço deveria ser cedido sem cobrança para subsidiar o proprietário, além de que a burocracia da licitação impede a alguns a intenção de pleitear a utilização do espaço ou mesmo a dispensa com o aluguel. Nos *campi* onde há estabelecimentos no entorno, foi constatado a inviabilidade de cantina no *campus* (caso de Barra do Bugres), pois os comerciantes oferecem descontos por iniciativa própria. Em outros locais, o espaço disponibilizado pelo *campus* precisaria ser ampliado para que o proprietário conseguisse ampliar seus serviços (caso de Pontes e Lacerda). Ao serem questionados sobre uma possível demanda de estudantes para frequentarem uma cantina, os servidores da Unemat não têm tanta certeza se haveria demanda suficiente. Ao contrário, os estudantes respondentes afirmaram haver demanda.

De acordo com os respondentes, o auxílio alimentação atende aos estudantes que precisam, pois é uma ajuda significativa para a sua permanência na instituição. Entretanto, devido à limitação de vagas nem todos são atendidos. Nesse sentido, sugerem-se que haja aumento do número de auxílios, pois muitos que necessitam, moram em outros municípios e gastam com transporte diariamente.

Aos servidores da Unemat foi solicitado que falassem sobre o número de alunos matriculados por período – um dado técnico que não foi checado com a Secretaria Acadêmica. Nas respostas, ficou evidente que a maioria dos acadêmicos frequentam o período noturno, embora o turno integral conte com uma boa quantia de alunos em alguns *campi*. Eles responderam que esses alunos demandariam mais por lanche que por refeição. Houve quem mencionou a presença de



estudantes vindos de municípios vizinhos e que seriam beneficiados por uma política de alimentação que oferecesse subsídio para usar restaurantes na cidade.

Conhecendo a realidade do seu Campus em relação à questão de alimentação para os alunos, você consegue vislumbrar alguma possibilidade prática que seria possível implantar no campus?

Para esta questão, foram oferecidas as seguintes sugestões: 1) cantina ou restaurante com preços acessíveis; 2) servir lanches, espetos e refeições rápidas, pré-montadas (pratos feitos); 3) pensar em incentivo como um aluguel mais barato para que o locatário ofereça preços mais atrativos; 4) subsidiar parte da refeição em restaurantes próximos; 5) parcerias com restaurantes e marmitarias locais, acordando um valor por mês; 6) construção/ampliação de espaço específico para um restaurante ou cantina; 7) oferecer opção de comida saudável; 8) parceria da Unemat com a prefeitura; 9) desenvolver estratégias de agricultura familiar para o fornecimento e/ou o cultivo de alimentos; 10) um restaurante universitário seria um grande avanço em termos de estrutura no *campus*, principalmente para os *campi* afastados da cidade. Isso porque muitos alunos vêm de outras cidades, moram em república e próximos ao *Campus*, e sempre demandam por refeições e lanches na cantina.

Especificamente, no caso de Pontes e Lacerda, distante 15 km da cidade, há outros desafios, conforme foi relatado: Muitos acadêmicos vêm de ônibus, finalizando a aula, retornam para a cidade. Além disso, durante o período diurno, só temos um curso, e atualmente e com a reformulação do PPC pretende-se passar as aulas apenas para o período matutino, assim, creio que os que dependem de ônibus não ficariam para almoçar. Com relação ao período noturno, teria que ver o horário de funcionamento do RU, uma vez que muitos vêm de ônibus, que chega no horário que a aula inicia e retorna para a cidade logo após a finalização das aulas.”

É importante lembrar que a distância do *campus* para a região central da cidade é também desafiadora nos *campi* de Juara, Cáceres (Cidade Universitária), Nova Xavantina, Tangará da Serra e Sinop (Unidade Aquarela), exigindo deslocamento dos estudantes através de ônibus circular com horários predeterminados e/ou por veículo próprio ou bicicleta.

Em relação à implantação de um Restaurante Universitário (RU), os servidores entendem que uma possível instalação teria custo elevado de implantação e manutenção, o que seria inviável pois não há subsídios governamentais para isso, ou seja, a relação custo-benefício seria inviável. Por sua vez, os estudantes defendem o RU, embora saibam que não existe viabilidade orçamentária e financeira para tal implementação. Assim, consideram que a demanda principal não é por um RU nos moldes estabelecidos nas instituições federais, mas por um local em que a comunidade acadêmica possa fazer suas refeições com qualidade e a um preço acessível, o que exige que a gestão local identifique possibilidades para otimização desse espaço. Ainda, aconselha-se a manutenção e melhoria do auxílio alimentação.

Nos formulários, os respondentes demonstraram satisfação pelo trabalho da comissão em realizar o “difícil trabalho que é pensar a política de oferta de refeições para os alunos”. Nesse sentido, sugeriram que a Comissão pense em propostas junto ao movimento estudantil e à Comissão de Assuntos Estudantis (CAE), pois o “ensino superior de qualidade custa caro e, portanto, é preciso assumir esse ônus e priorizar demandas como essa”.

Após esse delineamento inicial, passamos a organizar as sugestões em tópicos para melhor identificação dos possíveis caminhos a serem seguidos:

1) Fortalecer os auxílios – mudar a forma de seleção dos auxílios e bolsas, pois na primeira fase, a maioria dos candidatos são selecionados por omissão de informações, enquanto outros ficam de fora; o formulário socioeconômico não é eficiente; desburocratizar o formulário de inscrição, reduzir a quantidade de documentos e reajustar o valor que está defasado em relação à inflação; há alguns com nível superior, porém, desempregados não podem participar do edital, o que é injusto; ampliar a concessão de auxílios, buscando atender mais alunos; muitos não conseguem nem ser classificados por não conseguirem provar sua condição socioeconômica e passam por situações de necessidade; há muitos itens burocráticos no edital que dificultam a concessão; a simplificação das etapas de seleção daria mais autonomia ao *campus*, principalmente, na entrevista que poderia ser considerada um primeiro momento para



acompanhamento do estudante e da situação familiar durante o curso; é preciso rever o formulário de inscrição que atribui a nota para o aluno na primeira fase, pois nem sempre a nota atribuída corresponde à verdadeira situação para sua classificação por meio de um sistema inteligente que filtre os dados reais do estudante e seja compatível com o CadUnico; deveria ter um quantitativo de auxílios avulsos aos *campi* para suprir demanda após o resultado final dos auxílios; há também preocupação com o atraso nos pagamento, o que ocasiona questionamentos e pedidos de ajuda para aquisição de alimentação.

2) Acompanhamento dos auxiliados – estabelecer uma comissão permanente no *campus* para identificar os alunos que estão com vulnerabilidade social, não somente no processo de seleção de auxílio, mas durante o período letivo para identificar aqueles que realmente precisam do auxílio.

3) Restaurante Universitário – fazer estudos mais preciso para comparar o custo para construção e manutenção de um RU com a política de auxílio alimentação da Unemat; há modelos de restaurantes universitários bem sucedidos e com uma proposta de autossustentabilidade; assim, seriam analisadas as melhores estratégias de gestão para a implantação do RU em cada *campus*, de acordo com suas características e modelos de gestão pela própria instituição, terceirizado ou por parcerias.

4) Restaurante parceiro nos campi – verificar a possibilidade de firmar convênios com os restaurantes privados ou abertura de processo licitatório de edificação de restaurante padrão para todos os *campi*; implantá-lo com preços acessíveis para facilitar a vida dos estudantes de turno integral que precisam otimizar seu tempo e daqueles que moram longe do perímetro urbano; a isenção do valor de local da cantina aos proprietários poderia ser uma alternativa viável para o oferecimento de refeições a preço acessíveis; parceria público-privado para a concessão do espaço e/ou a administração do restaurante em todos os *campi*; a maioria dos alunos compram marmita por ser mais barato que uma refeição convencional.

5) Restaurante parceiros próximo aos campi – fomentar parceria com restaurantes que possam dar descontos para os estudantes contemplados com o vale alimentação (cartão do estudante; cartão magnético).

6) Enquetes – pesquisar junto aos alunos as reais necessidades dos *campi*.

7) Criar canais de comunicação para fortalecer os auxílios – A PRAE poderia fortalecer seus canais de comunicação junto aos estudantes para melhor adesão e entendimento da concessão de auxílios, assim como, minimizar possíveis desistências do curso por falta de condições financeiras para permanência.

8) Aumentar o valor do auxílio – considerando o alto custo de vida em algumas cidades, os valores praticados com os auxílios são baixos; será preciso um aumento real diante da condição/inflação tanto em alimentos quanto em moradia; a maioria dos alunos compram marmita por ser mais barata.

9) Alimentação saudável – a Unemat pode contribuir para uma alimentação mais saudável pelo fomento de parcerias com programas e projetos da própria universidade e/ou da sociedade, via parcerias.

10) Assistente Social e Psicólogo – a participação de um profissional na área de Serviço Social ou um Psicólogo nas bancas de seleção e em visitas à residência dos estudantes enriquecem o processo de seleção, assim como, possibilita o acompanhamento dos estudantes selecionados; um *campus* informou que está vendo a possibilidade de fazer parceria com a nova gestão municipal para ajudar disponibilizando os profissionais da área de Serviço Social para atuar nesses atendimentos.

11) Auxílio Transporte – foi pontuada a necessidade de auxílio transporte, pois muitas vezes, o auxílio alimentação e/ou moradia é consumido com o custo de deslocamento.

12) Programa de Moradia Estudantil – muitos alunos que vêm de fora conseguem vaga no Programa de Moradia Estudantil (PME), entretanto, há estudantes residentes no próprio município que estão em situação semelhante.



Resultados alcançados

Ao examinar as experiências das instituições de ensino superior (IES) estaduais, percebemos que os subsídios disponibilizados para a manutenção de um restaurante universitário (RU) provêm, em sua maioria, de recursos externos a seu orçamento. Apenas a Bahia tem um plano sistemático para as universidades estaduais baianas, o Mais Futuro, de responsabilidade do Estado da Bahia para financiar a assistência estudantil. No caso das IES cearenses, após negociação ao final da greve dos estudantes em 2014, o governo passou a financiar a política de restaurantes universitários. Na maioria das IES, os RU são subsidiados por recursos das IES – ora suplementados pelo governo estadual – para que o valor da refeição seja oferecida com preços diferenciados à comunidade acadêmica.

O levantamento de informações no âmbito da Unemat por meio dos formulários disponibilizados para as direções de unidade regionalizada (DPPF e DURA), para as Comissão de Assuntos Estudantis e Comissões Locais de Auxílios, e para os estudantes, demonstrou o interesse de uma política para restaurante universitário. Entretanto, todos ponderaram sobre o alto custo em subsídios para a efetivação de uma política assim e apontaram sugestões para que essa política estudantil se dê de maneira sustentável.

Conforme exposto no tópico anterior, as sugestões apresentadas foram analisadas e apresentadas à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) para entender o processo e possibilitar os encaminhamentos por parte desta Comissão, conforme tabela a seguir:

Fortalecer os auxílios (1)	Em relação a esse item, em apuração junto à PRAE, foi possível averiguar que o módulo SAE (Assistência Estudantil) integrado ao SigaA, em processo de implantação, atenderia essa demanda. A PRAE informou que a reestruturação do Programa de Assistência Estudantil a ser submetida ao Consuni, contempla os alunos de segunda graduação e pós graduação. Sobre o cadastro do Governo Federal para famílias de baixa renda (CadUnico) num limitado em torno de R\$ 400,00, não atende à política nacional de assistência estudantil que concede auxílios estudantis para estudantes cuja renda família <i>per capita</i> é de até um salário mínimo e meio. Sobre auxílios avulsos para o campus, a PRAE vem suprindo essa necessidade com o Auxílio Emergencial.
Acompanhamento dos auxiliados (2)	Há duas iniciativas na PRAE: a Diretoria de Gestão de Bolsas, criada em 2019 pelo Consuni, está se estruturando para realizar o acompanhamento de bolsistas e auxiliados; e a futura criação do Setor de Assuntos Estudantis (SAEst) nos <i>campi</i> universitários promoverá acompanhamento sistemático aos estudantes.
Restaurante Universitário (3)	Essa sugestão aponta para a implantação de RU com refeições subsidiadas, o que a Comissão constatou ser inviável para Unemat.
Restaurante parceiro nos <i>campi</i> (4)	O processo de licitação acontece via licitação do espaço para cantina universitária; em alguns <i>campi</i> há acordos verbais com o proprietário da cantina para um valor acessível. Com esse estudo, pode-se pensar em estabelecer em alternativas de maneira mais sistemáticas para sanar essa possibilidade.



Restaurantes parceiros próximo aos <i>campi</i> (5)	Alguns <i>campi</i> já vem estabelecendo parcerias, seja por meio de atuação dos gestores ou das representações estudantis, o que poderia ser melhorado com uma política mais incisiva.
Enquetes (6)	Essa sugestão pode ser levada à frente pela PRAE.
Criar canais de comunicação para fortalecer os auxílios (7)	A PRAE informou que está com discussão avançada para o desenvolvimento de um aplicativo (App) para celular a fim de fortalecer seus canais de comunicação com os estudantes.
Aumentar o valor do auxílio (8)	A Comissão apurou que havia intenção da atual gestão em realizar esse procedimento, visto que desde 2016 não há aumento dos valores, o que foi frustrado com a queda da vinculação orçamentária à Receita da Corrente Líquida do Estado.
Alimentação saudável (9)	Algo a ser melhor trabalhado com políticas nesse sentido.
Assistente Social e Psicólogo (10)	A PRAE informou que está incentivando os <i>campi</i> a realizarem parcerias com o governo municipal para atender a demanda por assistente social, visto que a Unemat só dispõe de uma profissional efetiva na área que atua na Pró Reitoria, além de atender outras demandas da universidade.
Auxílio Transporte (11)	A minuta de reestruturação do PAE contempla o auxílio transporte, que poderá ser concedido se houver disponibilidade orçamentária e financeira, e/ou captação de recursos.
Programa de Moradia Estudantil (12)	A minuta de reestruturação do PAE contempla a possibilidade de auxiliar estudante vulnerável da própria cidade que paga aluguel; assunto que está sendo trabalhado pela comissão que estuda a proposição de moradia estudantil.

Proposições finais

Após este estudo, a Comissão, que atuou na Proposição 7: Criar e implantar Política de Restaurante Universitário (RU), apresenta três encaminhamentos para continuidade na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

- 1) Estudo para a ampliação e melhoria das cantinas universitárias juntos aos *campi* universitários e comunidade acadêmica.
- 2) Requerimento junto ao Governo para maior autonomia no sentido de reverter o valor do aluguel para subsidiar auxílios alimentação.
- 3) Concurso “Cantina Sustentável” formada por equipes de alunos (interdisciplinar e *multicampus*) para apresentar propostas baseadas na realidade local, atendendo critérios tais como: sustentabilidade, solidariedade, parceria com a iniciativa privada e poder público, alimentação saudável.

Sendo este o Relatório de Trabalho desta Comissão Especial, abaixo subscrevo.